

PROCESSO - A. I. Nº 09136967/04
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - COMERCIAL DE ALIMENTO RHUAN LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0313/01-04
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 26/10/2004

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0346-11/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. MERCADORIA EM ESTOQUE DESACOMPANHADA DE DOCUMENTO FISCAL IDÔNEO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovada a imprestabilidade das notas fiscais para acobertar o estoque da mercadoria, por não haver vinculação entre si. Recurso **PROVIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, previsto no art. 169, §2º, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, através da alteração introduzida pelo Decreto nº 7.851/00, de iniciativa do Presidente do Conselho de Fazenda Estadual (CONSEF), por considerar que o resultado do julgamento, levado a efeito pela 1ª JJF, através do Acórdão nº 0313/01-04, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração acima, configura Decisão contrária às provas dos autos.

O Auto de Infração exige o ICMS, no valor de R\$ 2.079,00, acrescida da multa de 100%, em razão da estocagem de 695 sacas de feijão cariquinho, das quais 495 encontravam-se desacompanhadas de documentação fiscal idônea para a operação, uma vez que as Notas Fiscais Avulsas de nºs 614735 e 239659, não foram destinadas à empresa autuada.

A Decisão recorrida é no sentido de que as Notas Fiscais Avulsas de nºs: 614735, 239659 e 593942, acompanhadas pelos respectivos DAES, comprovam a circulação de 620 sacas das 695 estocadas, restando 75 sacas de feijão desacompanhadas de nota fiscal, que ao preço de pauta de R\$60,00 importa na base de cálculo no valor de R\$4.500,00, a qual aplicando a alíquota de 7% resulta no imposto de R\$315,00.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração no qual está sendo exigido o pagamento do imposto pela estocagem de 495 sacas de feijão cariquinho desacompanhadas de documento fiscal idôneo, uma vez que as Notas Fiscais Avulsas de nºs 614735 e 239659, não foram destinadas à empresa detentora da mercadoria e também não possui qualquer alusão à mesma.

A Decisão da 1ª Instância foi no sentido de que os aludidos documentos fiscais, acompanhados pelos respectivos DAES, comprovam parte do estoque no estabelecimento.

Contudo, com a devida *venia*, discordo de tal entendimento, pois, não vislumbro qualquer vinculação entre os citados documentos fiscais e a mercadoria estocada, salvo a sua especificação, por se tratar de “feijão carioca”. Porém, as quantidades não coincidem, visto que das 495 sacas irregulares apenas os ditos documentos suportam 420 sacas, o que demonstra, inequivocamente, que tais notas fiscais não se referem ao produto estocado.

Ademais, se deve ressaltar que não existe nos documentos fiscais qualquer alusão ao estabelecimento autuado, o qual detém a posse da mercadoria.

Assim, por se tratar de produto fungível, o qual não possui identificação própria, sendo facilmente substituível por outro da mesma espécie, não se deve acatar a referida Decisão, uma vez que não restou comprovada a origem do feijão, tanto pela falta de alusão nos documentos fiscais ao detentor das mercadorias, como também pela insuficiência das quantidades das sacas consignadas nas notas fiscais para acobertar o estoque apurado.

Assim, neste sentido, nos termos do art. 6º, inciso IV, da Lei n.º 7.014/96, é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito, qualquer pessoa física ou jurídica, em relação às mercadorias que detiver para comercialização ou simples entrega desacompanhadas da documentação fiscal exigível ou com documentação fiscal inidônea.

Diante do exposto, voto pelo PROVIMENTO deste Recurso de Ofício para modificar a Decisão recorrida, para restabelecer a exigência no valor de R\$2.079,00.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **PROVER** o Recurso de Ofício apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09136967/04**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTO RHUAN LTDA**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.079,00**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “b”, da Lei nº 7.014/96 e demais acréscimos legais.

VOTO VENCEDOR: Conselheiros Fernando Antônio Brito de Araújo, Rosa Maria dos Santos Galvão, Ciro Roberto Seifert, Marcos Rogério Lyrio Pimenta e Antônio Ferreira de Freitas.

VOTO VENCIDO: Conselheiro Eratóstenes Macedo Silva.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTTE – REPR.. PGE/PROFIS